[NOTAS]

[BIODIVERSIDADE]

As invasoras, de novo

O debate sobre espécies invasoras ganhou mais um *round* com a publicação, no início de junho, de um comentário na revista *Nature* assinado por quase duas dúzias de biólogos. Os pesquisadores defendem que as espécies não sejam julgadas por sua origem, mas por sua função nos ecossistemas. Segundo eles, cientistas, gestores da terra e autoridades devem abandonar "a preocupação com a dicotomia entre espécies nativas e invasoras e abraçar uma abordagem mais dinâmica e pragmática para a conservação e a gestão das espécies". Tal abordagem, dizem, é mais condizente com a realidade à nossa volta – a de um planeta submetido a eutrofização por nitrogênio, mudanças do clima, aumento da urbanização, entre outras mudanças.

A "biologia da invasão" tornou-se uma disciplina nos anos 90, quando se criou a ideia de que espécies invasoras causam a extinção de nativas e poluem o ambiente "natural", lembram os autores. A qualidade de ser nativa, entretanto, não é um sinal de aptidão evolutiva ou de efeito positivo sobre um determinado ecossistema, escreveram. "Classificar a biota de acordo com sua aderência a padrões culturais de pertencimento, cidadania, honestidade e moralidade não faz a nossa compreensão da ecologia avançar." Eles citam exemplos de espécies "estrangeiras" que tiveram efeitos positivos nos seus novos ecossistemas e lembram que hoje convivemos com ecossistemas que nunca existiram antes. "É impraticável tentar restaurar os ecossistemas de volta a algum estado histórico 'correto'", afirmam.



GISELDA DURIGAN

Os autores garantem que não defendem o abandono de esforços dos governos para mitigar danos causados por espécies introduzidas ou para evitar a entrada de espécies com efeitos potencialmente danosos, mas, sim, uma "organização de prioridades" em torno da função das espécies e não de sua origem. O debate continua quente e comentários na internet sobre o artigo na *Nature* comparam seus autores aos defensores do Criacionismo. **– POR FLAVIA PARDINI**

[CLIMA I]

COBRANÇAS E INCOERÊNCIAS

Há menos de um ano e meio do fim do primeiro período de compromissos de Kyoto, dois relatórios mostram novamente que os países ricos cobram muito das nações em desenvolvimento, mas pecam na coerência de suas ações. De acordo com um trabalho do Instituto de Recursos Mundiais (WRI), publicado no fim de maio, parte substancial do montante de US$ 30 bilhões prometido pelos países ricos para financiar ações de mitigação e adaptação em nações pobres de 2010 a 2012 não será dinheiro novo nem adicional, conforme compromisso anunciado em dezembro de 2009 em Copenhague.

Além da inclusão no "dinheiro novo" de recursos já anunciados antes de Copenhague – como nos casos dos EUA, do Reino Unido e do Japão –, o WRI afirma que tem sido muito difícil monitorar o cumprimento da promessa: "(...) as informações não são totalmente comparáveis, transparentes, nem completas..." (acesse o estudo em bit.ly/kFiL5H). **– POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[CLIMA II]

5 GRAUS A MAIS?

Tem ares surreais a conclusão do outro estudo, publicado em junho pelo Instituto de Meio Ambiente de Estocolmo (sei-international.org/publications), na Suécia. Depois de examinar quatro trabalhos recentes que comparam compromissos de mitigação dos gases-estufa entre países ricos e em desenvolvimento assumidos nos *Acordos de Cancún* (dezembro de 2010), o instituto infere que os cortes nas emissões dos primeiros seriam menos volumosos que nas dos segundos.

Mais aterrorizadora, ainda, é a avaliação de que os cortes prometidos não serão suficientes para evitar aumento na temperatura média da Terra acima de 2 graus. Poderá mesmo subir em até 5 graus. Os suecos observam que suas conclusões não significam que os compromissos dos países em desenvolvimento são excessivos. Acreditam que, além da necessidade de melhora substancial nas metas dos países ricos, é possível ampliar a redução nas emissões dos países em desenvolvimento com apoio financeiro e tecnológico das nações mais prósperas, de modo que o aumento na temperatura fique entre 1,5 grau e 2 graus.

Entre tantas discrepâncias, as conclusões dos documentos do WRI e do instituto sueco são coerentes com o ceticismo que marcou a nova rodada de negociações da Convenção do Clima ocorrida em junho em Bonn, na Alemanha. Houve, sim, evoluções tópicas, como no tema da transferência de tecnologia, mas não se avançou nos eixos centrais das negociações climáticas: o futuro de Kyoto após 2012, os compromissos de cortes nas emissões no período 2013-2020 e o financiamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas das nações em desenvolvimento. **(JAGP)**

[ALIMENTOS I]

G20 IGNORA DOCUMENTO DA FAO

O plano de ação para frear a volatilidade nos preços agrícolas aprovado na reunião dos ministros da Agricultura do G20 ignorou recomendação da Organização das Nações